

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ABORDAGEM DA INFORMAÇÃO INTERCULTURAL NO CONTEXTO
DIPLOMÁTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DA ÁGUA

Bolsista: Felipe Vlaxio, FAPEAM

MANAUS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL

PIB – SA – 0102/2014

ABORDAGEM DA INFORMAÇÃO INTERCULTURAL NO CONTEXTO
DIPLOMÁTICO: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS DA ÁGUA

Bolsista: Felipe Vlaxio, FAPEAM

Orientadora: Profa. Dra. Kátia Viana Cavalcante

MANAUS

2015

V867a

Vlaxio, Felipe.

Abordagem da informação intercultural no contexto diplomático: considerações sobre as políticas da água / Felipe Vlaxio ; orientação Kátia Viana Cavalcante. — Manaus : [s.n.], 2015.

27 f.

Relatório Final de Iniciação Científica (PAIC/FAPEAM) — Universidade Federal do Amazonas

1. Informação internacional. 2. Política 3. Recursos hídricos. I. Cavalcante, Kátia Viana. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente:

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e à Universidade Federal do Amazonas (UFAM),

por saberem que a iniciação científica faz muito mais do que abrir caminhos para a vida acadêmica do aluno de graduação; de fato, possibilita o vício inerente à busca de novos conhecimentos.

À minha família,

por ter entendido a natureza dos momentos em que precisei me dedicar mais à investigação científica que ao papel de filho, irmão e amigo, e pelo apoio generoso ao longo da pesquisa.

À Danielle Chaves Carmim,

que foi uma de minhas maiores incentivadoras e entusiastas, e que percorreu o caminho das incertezas do trabalho ao meu lado.

E à Katia Viana Cavalcante,

por ter exigido o suficiente para me tirar da zona de conforto intelectual; por ter orientado não apenas nas noções acadêmico-científicas quanto aos assuntos estudados, mas, igualmente, em como devia proceder para superar a mim mesmo constantemente; e por ter, acima de tudo, acreditado (muitas vezes mais que eu) que eu seria capaz de desenvolver a pesquisa de modo competente e satisfatório.

À tous, merci beaucoup!

Se for só uma gotinha, não sacia;
Se for demais, afoga;
Se está contaminada, não serve;
Se não analisar, é um perigo;
Se não usar, evapora;
Sem conhecer a fonte, não dá *pra* confiar;
E, se não chegar até você, é inútil;
Informação é que nem água:
Vital.

"Água", Comercial Globo News

APRESENTAÇÃO

Quando primeiro surgiu a ideia para o projeto de pesquisa, pouco se imaginava a correlação em tempo presente que a abordagem do tema viria a ter com os cenários atuais dos dispositivos sociais. É certo que a questão dos recursos hídricos independe de época e possui na sua atemporalidade uma importância clara e justificada. No entanto, com o efeito midiático causado, nos últimos meses, pela crise hídrica nos reservatórios de água da região sudeste do país, o Brasil vem considerando a água (e sobretudo sua finitude) como uma pauta de indispensável discussão. Por esse motivo, a satisfação em conduzir esta investigação científica tornou-se, doravante, mérito inalienável para os pesquisadores deste projeto.

Em contraponto à informação intercultural, as considerações sobre as políticas da água tomaram um caminho peculiar ao contexto da diplomacia. Isto é, a convergência desses três eixos-chave repousa numa interdisciplinaridade essencial para cada um deles. Por conseguinte, uma das inferências mais pontuais obtidas no primeiro relatório da pesquisa foi exatamente a noção epistemológica de que um assunto enriquece o outro, e, embora sejam, sozinhos, grandes áreas, acabam complementando suas características e ações.

No que concerne aos objetivos iniciais do projeto, compreendia-se um universo equivalente a cinco representações consulares situadas na cidade de Manaus, que seriam contatadas a fim de participarem da pesquisa, respondendo a um roteiro produzido com os resultados descritos no relatório parcial. Contudo, tais representações consulares, no tocante às atividades exercidas em atuação oficial, não possuem autonomia nem respaldo legal para fazer parte de pesquisas de qualquer natureza sem a prévia ordenação estudada por seus países de origem.

Com efeito, propôs-se que as respectivas embaixadas das nações evidenciadas no projeto da pesquisa fossem contatadas em Brasília, tendo em vista seu poder legal para desenvolver atividades extraoficiais, e, portanto, seriam substitutas de igual valor para compor esta parte do universo da investigação científica. Entretanto, a culminância da pesquisa em justaposição aos trabalhos correntes das embaixadas levou à impossibilidade de realização das entrevistas.

Diante disso, verificou-se a necessidade de reformulação de algumas das metodologias do trabalho, em detrimento da premissa de que os objetivos fossem

alcançados mesmo que por um *modus operandi* divergente àquele proposto no projeto. Assim, ao invés de construir uma análise crítico-dialética em cima das possíveis respostas das embaixadas às perguntas do roteiro, optou-se por um estudo mais aprofundado das legislações disponíveis em domínio público, bem como considerações sobre temáticas afins aos objetos da pesquisa, tais como ética, gestão, cooperação, tratados internacionais etc.

Além das proposições para traçar caminhos diferentes priorizando, ainda, as mesmas metas, outros desafios foram encarados no desenvolvimento da pesquisa. Parte da bibliografia disponível – *a priori* para os eixos-chave como temas separados e *a posteriori* para sua interdisciplinaridade – constatou-se desatualizada ou defasada pelas novas necessidades surgidas nas últimas décadas. Entende-se que a produção científica da área ainda não alcançou a demanda desse campo, e que novas pesquisas iguais a esta precisam ser incentivadas com maior apelo.

Uma das grandes constatações verificadas no levantamento bibliográfico foi a descrição parca dos relatórios e anais de eventos internacionais que discutem sobre as pautas do trabalho. Tais documentos prezam majoritariamente pela politicagem das ações propostas, e acabam pecando naquilo que talvez devesse ser sua intenção principal, que é a disseminação das informações e agendas tratadas nos fóruns de modo detalhado e acessível. A escassez descritiva do referencial teórico dessas cúpulas internacionais toma a forma de um defeito no gerenciamento de informação quando – se corrigida – poderia ser um dos pontos altos no intercâmbio cultural das nações envolvidas.

Compreende-se que tais desafios devem ser esperados e contribuem para as perspectivas quanto ao universo de uma investigação. Entende-se, outrossim, que as metodologias utilizadas ao longo da busca de conhecimentos criteriosos devem adequar-se às especificidades de cada projeto, priorizando as ferramentas disponíveis e fazendo funcionar a máquina do pensamento crítico. Em vista de tais nuances, a compreensão do manuseio da informação no contexto diplomático e suas influências na comunicação intercultural no tocante às políticas de recursos hídricos torna-se resultado consequente da noção de que, para captar a real mensagem dessa convergência de disciplinas, deve-se levar em consideração as várias faces da sociedade. Ou seja, para extrair o objetivo geral da pesquisa, faz-se mister perceber as situações contemporâneas e ligá-las aos conceitos da comunicação para ressaltar as variáveis empíricas da informação, da diplomacia e das políticas da água.

RESUMO

É correto declarar que o diálogo entre nações é um assunto de caminhos bifurcados, e o tratamento da informação diplomática parte do mesmo pressuposto. Nesse sentido, a cooperação internacional entre políticas públicas se torna complexa e essencial, cujos benefícios podem ser constatados a longo prazo. O objetivo deste relatório está em compreender o manuseio da informação no contexto diplomático e suas influências na comunicação intercultural, delimitando o universo da pesquisa às políticas da água. É necessário traçar uma linha de raciocínio no que tange às medidas tomadas pelos governos em detrimento das necessidades reais da população de países ribeirinhos. A investigação trata também das questões éticas na gestão de bacias transnacionais, e aponta para as discussões sobre o uso da água doce e a administração dos recursos hídricos do planeta. Não obstante, delineia um panorama das possibilidades de conflitos transfronteiriços por causa dos bens hídricos compartilhados por duas ou mais nações. Discorre, outrossim, sobre as políticas externas e o exercício das atividades diplomáticas como estratégias nacionais para a prevenção de impasses interculturais e a promoção de um bem-estar global. Para tanto, foram consideradas bibliografias que não apenas discorrem sobre tais temas, mas que também tratam dos fóruns internacionais de cúpulas entre países que discutem a temática. Com efeito, foram analisadas as fronteiras políticas encontradas na Bacia Amazônica, tomando ciência dos compromissos adotados pelas partes envolvidas no jogo de estratégias das relações exteriores dos agentes que contribuem para a solução de problemas informacionais, priorizando a disseminação de dados para que possam ser acessados pelos civis em qualquer momento. Os resultados dizem respeito a uma interdisciplinaridade entre Informação, Diplomacia e Política, e auxiliam no emprego de regimes transfronteiriços com gerenciamento de apoio adaptável. Espera-se, desta feita, contribuir para a visão acadêmica no que tange à priorização da referida pauta nas agendas governamentais e científicas.

Palavras-chave: Informação. Diplomacia. Política. Recursos Hídricos.

ABSTRACT

It is correct to state that the dialog between nations is a subject of forking paths, and the treatment of diplomatic information comes along the same way. In this sense, international cooperation between public politics becomes complex and essential, but which benefits embody a long-term period. The goal of this report is to understand the handling of information in the diplomatic context and its influences on intercultural communication, delimitating the research universe to water politics. It is necessary to trace a rational line according to the measures taken by governments in favor of the population's real needs in riparian countries. This investigation also talks about ethical questions in transnational basins management, and points to the discussions on freshwater use and the administration of the planet's water resources. Not far from view, it outlines a scenario about the possibilities of transboundary conflicts because of water goods shared by two or more nations. It also discourses about external politics and the exercise of diplomatic activities as national strategies to preventing intercultural predicaments and the promotion of a global well-being. In order to do so, not only bibliographies considered such themes, but talked about international forums of summit events between countries discussing the subject, too. In fact, political frontiers found in the Amazon Basin analyzed the awareness on the commitments adopted by the parts involved in the strategy game of the foreign affairs from the agents that contribute to solving informational problems, prioritizing data dissemination accessed by civilians at any moment. The results build an interdisciplinary mixture between Information, Diplomacy and Politics, and helps on the applicability of transboundary regimes with adaptive support management. It is a matter of expectation, therefore, to contribute to an academic vision on the prioritizing of this subject both in governmental and scientific agenda.

Keywords: Information. Diplomacy. Politics. Water Resources.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CONCEPÇÕES DE FRONTEIRAS	12
3	PARADIGMAS ÉTICOS	13
4	ASPECTOS DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	16
4.1	Tratados, diretrizes e ações	18
4.2	Breves considerações sobre a Bacia Amazônica	21
5	CONCLUSÃO	23
	REFERÊNCIAS	26

1 INTRODUÇÃO

Imagine-se o seguinte cenário: há um caminho de barro que liga os países A e B. O país A resolve, então, asfaltar a rota de terra e começa o serviço de capeamento do caminho. Ao chegar à fronteira com o país B, o país A dá o trabalho por encerrado. Muito embora seja obrigação do país B continuar o asfaltamento, ele nem sempre possui recursos para tal ação, e, na impossibilidade de seguir com o trabalho, permanece com o caminho de terra no seu lado da fronteira, fazendo contraste ao país A que agora possui uma estrada lisa e própria para o uso. O que o país A não esperava, no entanto, era que na primeira chuva o caminho de terra da nação vizinha produzisse uma quantidade grande de lama, que, na falta de uma barreira concreta, acaba passando para o seu lado da fronteira, causando poluição da estrada, e dificultando o trânsito de veículos. Surge, assim, um problema a ser resolvido. Agora, imagine-se que o caminho de terra citado é, na verdade, um rio que liga os dois países.

A proposta deste projeto de pesquisa é, sobretudo, entender como se daria a resolução desse problema, bem como o de vários outros correlacionados a ele, considerando as especificidades de cada caso. Quais as legislações internacionais, por exemplo, vigentes para auxiliar nesse tipo de situações? Como trabalham os sistemas de informação para dirimir impasses diplomáticos? Qual o ponto de vista da ética em se tratando do compartilhamento de água doce e recursos hídricos?

Tais perguntas possuem em sua essência características norteadoras que devem ser respondidas levando em conta os objetivos geral e específicos do projeto. Nesse sentido, buscou-se trabalhar de modo linear, traçando um raciocínio perpendicular às discussões contemporâneas sobre os temas, e prezando pelas diretrizes dos resultados obtidos no decorrer da investigação deste trabalho.

Sendo assim, este relatório discorre sobre os conceitos de fronteiras nos quais se baseiam as tomadas de decisões governamentais. Trata também das questões éticas levantadas durante a execução das medidas sancionadas para as temáticas dos recursos hídricos. Por conseguinte, existe a discussão sobre os aspectos de gestão, em contraste às medidas inerentes ao gerenciamento da água do planeta. Desta feita, o texto deste trabalho busca dinamizar o pensamento científico no que tange a tais assuntos, e incentivar a abordagem dos referidos temas nas diversas áreas do conhecimento.

2 CONCEPÇÕES DE FRONTEIRAS

Fronteiras políticas funcionam como demarcação territorial e divisão geográfica, a fim de se fazer entender os limites de um determinado lugar. Sem elas, pressupõe-se que o exercício das atividades governamentais seria impreciso, uma vez que não haveria a ciência concreta do alcance que a administração estatal deveria percorrer. Por outro lado, as ações desenvolvidas nessas áreas de limite restringem-se demais ao cerco de seus territórios. Isto é, acabam, no mais das vezes, executando trabalhos incompletos.

A despeito do fato de que fronteiras possuem um cunho de segurança nacional, assegurando a integridade das soberanias, é necessário entender que as unidades políticas precisam tomar como bases leis internacionais que garantam os interesses de seus vizinhos. Em outras palavras, quando se trata da cooperação entre nações, o assunto será sempre delicado, mas nem por isso deve deixar de ser discutido e avaliado, como segue:

As regiões fronteiriças também lidam cotidianamente com o fato de compartilharem recursos naturais, já que a natureza não obedece às convenções políticas. Este é o caso dos recursos hídricos de bacias hidrográficas transfronteiriças, pois a água flui de um território ao outro, não importando a existência das linhas divisórias. Isto acarreta uma interdependência entre as cidades e comunidades que os compartilham, que, em geral, acabam criando mecanismos informais de cooperação para gerir os recursos compartilhados. (SANT'ANNA, 2012, p. 4).

Isso significa dizer que as noções de fronteira vão muito além da concepção de divisões físicas, e permeiam a convivência dialógica entre dois ou mais países. No que concerne ao compartilhamento de recursos naturais, essa interação cultural não apenas eleva-se como também demonstra um grande potencial para impasses diplomáticos.

Se levarmos em consideração o que argumenta Esteves (2002), em seu artigo sobre as contribuições da gestão transfronteiriça em vista dos conflitos na África, ainda não houve nenhum impasse significativo por causa de recursos hídricos, porém, trata-se apenas de uma questão de tempo até que os conflitos bélicos pela água comecem a se tornar presentes no cotidiano da sociedade. Isso em grande parte se deve aos conceitos fronteira, que são entendidos de maneiras diferentes por cada uma das partes envolvidas.

Entendendo tais percepções pelo ponto de vista dos bens hídricos da Amazônia, Sant'Anna (2012, p. 6) é categórica ao afirmar que “os recursos hídricos possuem um caráter político e estratégico, e portanto, ainda existe um impasse para a construção de processo de gestão compartilhada da Bacia Amazônica”. Ou seja, em qualquer conglomerado de água doce potável, há sempre as questões recorrentes da administração, por parte do governo, e do consumo, por parte da população dependente dos bens hídricos geridos.

Em virtude dessas reentrâncias na gestão, Saito e Steinke (2010) corroboram a necessidade de se fazer com frequência a avaliação geoambiental do território brasileiro nas bacias hidrográficas transfronteiriças. De acordo com os autores, discussões internas sobre o assunto são capazes de subsidiar estratégias geopolíticas na América do Sul, o que por si só seria um avanço no sentido de evitar animosidades diplomáticas entre os países cujos recursos hídricos são compartilhados por fronteiras transnacionais.

3 PARADIGMAS ÉTICOS

É evidente que o planeta não é capaz de aguentar o ritmo de exploração da água doce que mantém nos dias de hoje. A reflexão ética desempenha o importante papel de pensar gestões aplicáveis para a segurança dos recursos hídricos, elencando os paradigmas sociais em vista da urgência demandada pelas questões da água.

A Comissão Mundial sobre a Ética do Conhecimento Científico e Tecnológico (COMEST)¹ trabalha com o objetivo de construir uma base para o uso da água doce de modo ético em todo o mundo. Para tanto, a organização desenvolve mediação diplomática e opera em canais comunicacionais que atingem a todas as partes envolvidas nas cúpulas internacionais.

Em primeiro lugar, é interessante esclarecer que Ética – mesmo em sua concepção filosófica – dispõe de uma raiz plurissignificativa. Isto é, ao passo em que suscita o bom senso, em qualquer área de atuação, a ética também dá vazão a interpretações mistas, e por isso não deve ser tratada com menos clareza.

Quando se fala de ética para o consumo de água doce – levando em consideração que esta é um bem hídrico limitado, cuja equidade de distribuição é

¹ Comissão conveniada pela UNESCO a partir de 1997.

inexistente –, algumas questões precisam ser levantadas. Destarte, deve-se ter em mente um “desenvolvimento que atenda às necessidades do presente sem prejudicar a capacidade das futuras gerações de suprir suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987, p. 27).

Pensemos a água como problema. Temos a escassez em alguns países, contrapondo-se à abundância de água em outras nações cuja logística de distribuição é falha e não supre a demanda. A poluição inutiliza boa parte da água potável, e os crimes transfronteiriços levam suas consequências para toda a sociedade. Os impasses diplomáticos podem acabar influenciando na animosidade global e um possível cenário de conflitos bélicos começa a ficar mais visível.

Agora, pensemos a água como solução. Onde há abundância, é preciso corrigir as falhas no gerenciamento hídrico, a fim de compartilhar de modo justo o quantitativo aquífero entre os países. Com as medidas tomadas nas cúpulas sendo colocadas em prática, é possível diminuir a poluição, fazer o tratamento e reuso da água para agricultura, saúde, saneamento, etc. Os acordos entre chefes de Estado dirimem as inconveniências diplomáticas e promovem as relações exteriores em defesa das necessidades da população. Guerras por causa da água, doravante, permanecem no imaginário político internacional.

Não obstante, discutir a ética no uso da água doce é dessas tarefas complicadas, cujas reentrâncias políticas possibilitam desconfortos nada saudáveis para o cenário internacional. Apesar disso, é uma tarefa não apenas indispensável, mas inevitável frente aos desafios humanitários que a distribuição de recursos hídricos enfrenta.

É preciso trabalhar a ética de modo que ela permita aos seus êxitos a durabilidade de várias gerações. De nada adianta fingir comoções políticas, por pressão superficial de um punhado de ativistas, que se mostrem efêmeras, perdendo em curto prazo sua eficácia. Medidas devem ser tomadas com o intuito de aplicação, e não pela suposição de que apenas o fato de promulgá-las seja suficiente para mudar o atual cenário da má gestão de recursos hídricos do planeta.

A dúvida não é se a água doce acabará ou não, mas sim *quando* isso acontecerá. Haja vista que

Segundo o Conselho de Suprimento de Água e Serviços Sanitários, cerca de 1,4 bilhão de pessoas (25% da população mundial) ainda não têm acesso ao fornecimento regular de água, e 2,9 bilhões (50-60% da população mundial) têm falta de serviços sanitários. No mundo em desenvolvimento, 90% das doenças estão relacionadas com a qualidade da água. (Ibid., 2001, p. 25-26).

Tais estatísticas servem não apenas para alarmar um contingente de governantes comprometidos com a temática água, mas também ilustram o fato de que existe água e não existe água. Essa afirmação pode ter significações semânticas complexas acerca de sua construção, no entanto, diz respeito austeramente às percepções de que, apesar de a quantidade de água no mundo hoje ser suficiente para dar de beber a todos os seres humanos, o cenário de sede em várias partes do mundo ainda perdura. Isso acontece, entre outras coisas, exatamente por causa da gestão precária desses recursos hídricos.

Um dos dilemas éticos tem relação com a transparência dos governos no que tange ao acesso do público às informações sobre os valores gastos na gestão. É muito comum, nos países de terceiro mundo principalmente, que os cofres públicos não possuam dinheiro suficiente para distribuir água potável à população. A partir dessa falta de recursos financeiros, o governo necessita recorrer aos setores privados, como a indústria, por exemplo, a fim de emprestar o capital para o serviço de distribuição. É exatamente nesses casos em particular que a informação deve ser disseminada, prezando pela transparência na gestão. Caso contrário, a ética será ferida e a confiança na política, quebrada.

A ética, nesse sentido, deve partir de pressupostos universais. Não se trata de abordar todos os casos por um mesmo prisma, mas de promover a consideração das especificidades de cada situação, e trabalhar para aplicar a solução mais justificável. Diante disso, as concepções de ética ganham um formato maleável, que se adequa às políticas de governanças. Não basta fazer o que é lícito. Deve-se priorizar o lícito em justaposição ao aplicável, ao pragmático, ao social, etc.

Águas transfronteiriças são bens pertencentes àqueles que necessitam, muito mais do que daqueles que têm mais dinheiro. Se assim o fosse, poder-se-ia dizer que tais águas nasceram amaldiçoadas com o estigma da guerra. Mas é preciso encará-las como ofertas de paz duradouras entre as nações que dividem sua geografia.

As considerações éticas podem até não ser vistas como propostas lineares, que partem de princípios básicos da gestão intercultural, porém servem aos governos como diretrizes norteadoras, passíveis de adequação, e que fazem elo entre o diálogo diplomático e a acessibilidade da informação. Isso tudo sem perder de vista o mote do principal problema a ser resolvido: matar a sede de mais de um bilhão de pessoas sem acesso à água potável no planeta.

O documento da UNESCO sobre a ética no uso de água doce (SELBORNE, 2001) faz ainda um excerto sobre o consumo da água para a agricultura, a segurança alimentar, a indústria e a utilização da água subterrânea. Em contrapartida, discute sobre a proteção da ecologia, dos ecossistemas, da saúde e saneamento básico, os perigos e os desastres naturais. Questiona, por fim, a administração da distribuição de água no sentido de justiça ambiental, bem como a necessidade da cooperação internacional em se tratando da equidade no uso compartilhado da água.

Diante disso, é preciso que os tomadores de decisão se munam de um arsenal científico, que não descarte os paradigmas da sociedade contemporânea. Somente quando a água for encarada como um artifício para o crescimento comunitário é que as nações poderão comemorar o êxito na administração transnacional.

4 ASPECTOS DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Uma das principais intenções desta pesquisa é compreender os resultados obtidos no gerenciamento e nas políticas da água, dando prioridade ao universo do contexto internacional. Seguindo essa linha de raciocínio, é imprescindível que, *a priori*, entenda-se os aspectos característicos da gestão de recursos hídricos como um todo, isto é, arrolar os aspectos oriundos do exercício administrativo concernente a um determinado contingente aquífero.

Um número razoável de autores discorre sobre a temática da gestão pelo ponto de vista regional – o que não é algo negativo –, no entanto, a grande maioria dos textos que tratam da gestão da água peca quando singulariza os interesses por determinado montante aquífero. Se há um fato claro nas atividades de administração de recursos hídricos é que as discussões não podem ser feitas isoladamente. Respeitar as particularidades dos países que compartilham um rio, por exemplo, não significa priorizar as especificidades de um ou de outro.

Quanto a isso, Pereira e Rêgo (2005) apontam para a necessidade de que a gestão seja feita a partir da bacia hidrográfica, permitindo aos líderes comunitários participar das decisões a fim de descentralizar a administração. Em vista disso, as autoras sugerem a criação de comitês de bacia cujas atividades tenham respaldo nas esferas estadual e federal, possibilitando a autonomia desses conselhos nacionais no diálogo com os países vizinhos proprietários do bem hídrico em evidência, com o

intuito de estabelecer regras previamente estudadas a serem seguidas pela gestão compartilhada.

Essa visão é apenas uma das facetas norteadoras para a gestão, posto que a informação deve ser tratada com tanta importância quanto as bacias hidrográficas. Com efeito, é importante frisar que

O gerenciamento da informação é o processo iterativo de determinar as necessidades da informação, produzi-la, cambiá-la e usá-la. **A cooperação no gerenciamento de informação**, isto é, monitoramento conjunto, **é frequentemente uma maneira eficaz de começar a desenvolver confiança entre países ribeirinhos**. Para alargar a base do conhecimento e prevenir o uso seletivo de informação, mecanismos institucionais devem ser postos em prática para assegurar que toda a informação disponível seja utilizada. (RAADGEVER et al, 2008, p. 4, tradução nossa, grifo nosso).

Os autores ainda argumentam que a participação popular é essencial para o funcionamento desses mecanismos institucionais, o que nos leva de volta à preocupação quanto à inclusão comunitária nas tomadas de decisão e no livre acesso à informação. Se atualmente é difícil lidar com os ruídos existentes na comunicação entre as partes envolvidas na gestão, pior é quando a informação é elitizada, ou seja, passível de consulta apenas por uma minoria.

Para além das questões óbvias em se tratando da gestão – tais como finanças, processos de cooperação, redes comunicacionais, etc. –, Esteves (2002, p. 193) acrescenta que “a gestão transnacional de recursos hídricos pressupõe normalmente a institucionalização de entidades ou organismos supranacionais aos quais se atribui a responsabilidade de gerir em nome de todos os Estados co-ribeirinhos”. Essa afirmação agrega valor ao que foi dito anteriormente, sobre a criação de comitês de bacias autônomos, descentralizados e disseminadores.

Em justaposição, não é uma constatação incomum que os países possuam políticas nacionais de recursos hídricos em suas grades legislativas, e que as utilizem como diretrizes para a gestão da água em território federal. No entanto, existe uma sensação de incompletude nos textos oficiais dessas leis, haja vista que, no mais das vezes, deixam de englobar os impasses transfronteiriços. No entendimento de Almássy (1999), deve haver um monitoramento conjunto entre os países envolvidos, para que seja possível executar atividades da praxe administrativa, ações como a inventariação dos rios compartilhados, estatística demográfica das áreas ribeirinhas, entre outros aspectos relevantes.

Não obstante, gerenciar recursos hídricos não pode ser encarado como um trabalho individual nem mesmo em seus processos iniciais. Atentando para esta perspectiva, HarmoniCOP (2002) atesta que as nações devem aprender juntas a gerenciar juntas. Nesse sentido, é preciso não apenas que se dê importância aos níveis de atuação, mas que se some a essa equação as influências pragmáticas do processo total, como as pessoas, as estruturas e as promoções para resolução de problemas.

NILSSON (2006), por sua vez, faz um adendo transversal no que diz respeito aos processos gerenciais. Para a autora, todas as necessidades supracitadas são indispensáveis, uma vez que complementam a si mesmas. Ou seja, deve-se considerar as bacias hidrográficas, o gerenciamento de informação, a participação comunitária e a institucionalização das atividades da gestão da água.

Por conseguinte, a convergência desses pressupostos nunca foi tão clara quanto na contemporaneidade do mundo. Quanto mais cresce a população, a tecnologia e a escassez de recursos hídricos, mais desafiantes se tornam as questões de distribuição de água, de acesso a dados públicos e de gestão dos contingentes aquíferos transfronteiriços. Dessa forma, o problema foi identificado e a solução, traçada. Assim, como anunciado anteriormente, retornamos à questão do *quando*.

4.1 Tratados, diretrizes e ações

Ao longo desta pesquisa, observou-se a existência de variados documentos oficiais cujas premissas diziam respeito à gestão de recursos hídricos. Entrementes, verificou-se também um *quid pro quo* na internacionalidade dos textos, em contraste às prerrogativas diplomáticas. Em outras palavras, muitos documentos têm sido interpretados erroneamente, ou tomados por iniciativas adiáveis.

Empurrar para o futuro a resolução de problemas recorrentes é, como diria o ditado popular, “chover no molhado”, ou, com uma pequena adaptação semântica, “deixar de chover no seco”. Isto é, de nada adianta traçar soluções aplicáveis propostas em conjunto se os problemas são deixados de lado por causa da resistência sociopolítica.

Dentre os inúmeros documentos preocupados com os recursos hídricos do planeta, alguns de alcance internacional são mais conhecidos que outros, exatamente

pela pluralidade cultural que englobam. Os objetivos descritos nos textos despertam a atenção para esforços nos diálogos partindo de dentro para fora, ou seja, do regional para o nacional e para o global. Tratam dos compromissos assinados pelos governantes, e dos programas projetados pelos investidores, possibilitando um campo aberto para a cooperação em benefício dos países envolvidos.

Em 1934, o então Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, Getúlio Vargas, sancionou o Decreto Nº. 24.643, em 10 de julho daquele ano, que possuía a mesma força de uma lei e promulgava o Código de Águas (BRASIL, 1934). O decreto foi revisitado outras duas vezes, em 1938 e 1941, ocasiões em que foi acrescido de autonomia quantos aos anseios hidrelétricos e passava a declarar a água como um bem hídrico limitado. Esse foi um dos avanços pioneiros no país no que concerne à água.

Um dos principais eventos internacionais para a discussão dos temas de recursos naturais foi a Agenda 21, que aconteceu em 13 de junho de 1992 no estado do Rio de Janeiro. De acordo com Sitarz (1993), a cúpula teve o objetivo de prover um fórum a fim de desenvolver um plano de ação frente aos problemas ambientais, de saúde e sociais que o planeta vem enfrentando ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, a Agenda 21 é na verdade um acordo assinado por todos os 170 países participantes do evento. Ainda segundo o autor, todas as nações da Terra adotaram o documento – mesmo que virtualmente –, criando uma ação de parceria global sem precedentes na história da humanidade para reverter a degradação ambiental do planeta.

Em 1998, ocorreu em Paris a Conferência Internacional sobre a Água e Desenvolvimento Sustentável, que, conforme Pereira e Rêgo (2005), tratou-se de um dos eventos internacionais mais importantes para as discussões das políticas da água. Nesse encontro foram deliberadas ações dos recursos hídricos em virtude das necessidades reais da humanidade quanto ao acesso à água, saúde, saneamento, preservação de ecossistemas, produção de energia, entre outras.

Em 2006, o governo britânico encomendou um documento sobre as influências das mudanças climáticas para os próximos cinquenta anos. Surgiu, então, o Relatório Stern (STERN, 2007), redigido pelo economista do Banco Central Sir Nicholas Stern, que apresenta uma série enorme de conclusões acerca das mudanças climáticas e todas as ações a serem executadas a partir delas. Foram avaliadas as perspectivas de cenários futuros frente às alterações no clima, considerando estratégias

diplomáticas a serem articuladas por um contingente de países preocupados com os impactos que a Terra sofre constantemente. O documento é considerado em alto grau pelos governantes – em especial da Europa e da América do Norte –, uma vez que o texto se preocupa com o tomo da economia de modo realista, e, portanto, consegue chegar mais próximo da verdade encontrada em vários países.

Em 2010, um plano estratégico foi desenvolvido pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) – criada em 1998 por oito países do bloco amazônico, isto é, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, e cujo texto do tratado foi assinado por eles vinte anos antes, em 3 de julho de 1978 (ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA, 2010). O plano estratégico cobre uma visão regional da Amazônia, tendo como missão incentivar a cooperação, o intercâmbio e o conhecimento, diminuindo as assimetrias das expectativas das nações envolvidas. Para isso, o documento faz um panorama das diretrizes, papéis e funções a serem desempenhadas por cada membro da organização. Duas abordagens temáticas importantes do tratado são os recursos hídricos e o gerenciamento de informação. Para as diretrizes, deve haver estruturas político-culturais para o tratamento da água compartilhada, e ainda mais bases firmes para o eixo da troca de informações. O intuito de acordos iguais a este é o esforço conjunto para a conservação, proteção e aproveitamento sustentável dos recursos naturais renováveis. A partir das questões da Natureza, é possível arrolar metas a serem desenvolvidas em determinados prazos, a fim de melhorar a qualidade dos bens geridos. A gestão, *ad hoc*, tem o importante papel de organizar as ações acordadas pelos governos para que os benefícios possam ser constatados a curto e a longo prazos.

Para o Conselho Mundial da Água (WORLD WATER COUNCIL, 2015), as constituições acerca dos recursos hídricos compartilhados internacionalmente devem dar aos governos uma sensação de *mea culpa*, fato que não só desperta a atenção para a incompletude dos tratados vigentes, mas também alerta para a capacidade dialógica de resolução dessas falhas. Se usada com inteligência, é possível que a água traga prosperidade aos campos sociais que mais necessitam, tais como a saúde, a ecologia, a economia e, inclusive, a política. Para isso, é necessário, em caráter de urgência, que as relações exteriores trabalhem orbitando em volta da gestão comunitária, conjunta e descentralizada.

4.2 Breves considerações sobre a Bacia Amazônica

O contexto do Brasil agrega atualmente muitos conselhos ambientais que têm a água como carro-chefe das discussões nos eventos. Não obstante, isso parte do fato de que a Bacia Amazônica “é a maior bacia hidrográfica do mundo, com mais de 7 milhões de km², e o rio Amazonas é o maior rio do mundo com 7.062 km, portanto, é o rio de maior comprimento, além do mais caudaloso, mais largo e mais profundo” (GOICOCHEA, 2010 apud SANT’ANNA, 2012).

Uma perspectiva interessante foi apresentada em 2014 na Edição Verde da Revista Época. Como segue:

Imagine um futuro assim: em 2044, o Brasil celebra uma nova redução no número de mananciais poluídos. A grande seca que afetou o Sudeste entre 2013 e 2016 mudou para sempre as políticas públicas. A cada eleição, os candidatos debatem como cuidarão da água. Há anos, avançam por todo o país projetos de despoluição de rios, lagos e represas, assim como o reflorestamento de suas margens. Os depósitos subterrâneos estão protegidos [...]. Agora imagine outro futuro. Em 2044, [...] aumento no número de mananciais poluídos [...], água ruim ou péssima [...], tratamento caro. Na Ásia e na África, nações trocam ameaças e se engalfinham em guerras por causa de mananciais cada vez mais ressequidos. Ambos os futuros, neste momento, são igualmente possíveis. (CORONATO; IMERCIO, 2014, p. 44-46).

O trecho da revista tem um caráter de efeito, mas não pelo fato de querer alarmar os leitores, e sim pelo sentido verossímil que agrega às discussões contemporâneas sobre os recursos hídricos. Os autores ainda se perguntam o porquê das situações vividas no país, se o Brasil possui os maiores rios e afluentes do mundo, recebe em seu território um imenso contingente pluvial todos os meses, e cujos mananciais se estendem a perder de vista.

Na matéria, os maiores problemas encontrados para justificar esses cenários são o dispendioso gasto de água com atividades desnecessárias que geram desperdício e o assombroso desmatamento ao qual a floresta é submetida cada vez mais. A gestão dos recursos hídricos é apenas o primeiro passo para a mudança dessa situação. Deve haver, de antemão, uma alteração nas concepções sociais da população sobre a finitude e essencialidade da água.

Para Freitas e Castro Jr. (2006), existe um ciclo hidrológico que envolve a Amazônia, o homem e o mundo. Esse termo apresenta problematizações acerca dos modelos hidrológicos característicos da região amazônica. Considera o aquecimento

terrestre, as projeções numéricas quanto ao ciclo hidrológico planetário, as moléculas provenientes do efeito estufa, e as políticas socioeconômicas mundiais e da Amazônia. Os autores declaram que a disparidade social dá face aos indicadores negativos da região. Acreditam que a democratização do uso da água é um dos problemas mais difíceis de se resolver no século XXI. Por esse motivo, atestam, outrossim, que o trabalho de dissolução desse paradigma é, obrigatoriamente, uma ação a ser desenvolvida por várias gerações.

Oliveira (2010), por sua vez, declara que os conflitos transfronteiriços na Bacia Amazônica são, infelizmente, cenário altamente provável. No pacote de gotas d'água estão as questões de poluição, desmatamento de margens, narcotráfico pelas vias de navegação, entre outras. Isso porque existe um medo latente em internacionalizar os interesses dos países amazônicos, que, no mais das vezes, preferem desenvolver econômica e individualmente suas porções da bacia.

Por tudo isso, a preocupação com os recursos hídricos da Amazônia internacional deve ser assunto de interesses diplomático, social e, sobretudo, ambiental. A preponderância das necessidades de preservação pode ser constatada em todo o território cujo fluxo e quantidade de mananciais influenciam no clima, nas interações sociopolíticas e na qualidade de vida da população. O teor de risco ao qual as matas são expostas por causa da ação humana contra a natureza cresce em disparado, passando à frente das atitudes que obrigam a preservação do patrimônio florestal e hídrico. É inverídico afirmar que os governos não possuem ciência de que estes recursos acabarão mais rápido caso não ajam de imediato para a contenção dos danos provenientes da gestão precária dos bens naturais. A conclusão preconizada pelos tomadores de decisão, portanto, acarreta no planejamento do futuro. Se ele será um modelo de superação e mudanças que deram certo, ou se será um cenário bélico de guerras e impasses mundiais, só o tempo dirá.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, é indispensável que o cenário internacional passe a abordar as questões do compartilhamento de informação como uma das principais soluções para os dilemas dos recursos hídricos. O exercício do câmbio de informação intercultural – no latente às percepções dos impasses da água – será, em um futuro muito próximo, o fator-chave para o acúmulo de conhecimentos que possibilitem a prevenção de catástrofes naturais e a manutenção dos bens hídricos do planeta por um longo período de tempo.

O provimento e a disseminação de informações sobre tais aspectos são demasiado infrequentes. Para piorar a falha dos sistemas de informação das autoridades políticas, existe ainda o desinteresse civil pela busca desses dados. Essa bifurcação de constatações tergiversa para aumentar a disparidade de conhecimento, e precisa, portanto, ser trabalhada no sentido de corrigi-la em ambas as partes, a do emissor e a do receptor.

A informação intercultural precisa ser tratada como agente ativo da linguagem social. Considerando que o tratamento dado aos conceitos de informação possuem características multiculturais, tal linguagem eleva-se ao patamar internacional, no sentido de que lida com representatividades simbólicas de nações do mundo. Desta feita, verifica-se a necessidade de trabalhar a informação intercultural como significado de ação comunicacional entre os agentes globais.

Os propósitos devem ser compartilhados, as decisões tomadas em grupo, as ações desenvolvidas em conjunto. Incentivar o individualismo diplomático não levará a lugar algum a não ser aos impasses interculturais. A ótica das nações tem de ser uma só, dando prioridade à vida e à sua qualidade.

Coletar informações e compartilhá-las, em particular quando problemas interculturais estão envolvidos, exprime um claro comportamento de senso comum. No que concerne à problemática dos recursos hídricos, portanto, esse pensamento se torna ainda mais necessário para o bem-estar das relações hidro-diplomáticas.

Está mais do que na hora de se entender que a comunicação é a mediadora dos conflitos e dos acordos sobre recursos hídricos. A informação em nível internacional funciona como suporte do exercício diplomático, e deve ser utilizada com a parcimônia da dialógica em detrimento do câmbio pluricultural das nações envolvidas. Otimizar o

pensamento político, respaldar cientificamente as medidas oficializadas e endossar a disseminação dos dados provenientes desse jogo estratégico, a fim de manter a população consciente e participativa. Só então será possível reconhecer o êxito na administração dos bens hídricos do planeta.

No que concerne ao universo da pesquisa, o projeto desta investigação contou com quatro objetivos específicos que delinearam a análise das bibliografias estudadas. A escolha desses pontos norteadores se deu após a consideração sobre quais os aspectos mais relevantes à pesquisa em detrimento do cenário atual em que a sociedade está inserida. Assim, buscou-se cobrir campos suficientes do conhecimento para que a investigação alcançasse a *raison d'être* de sua premissa.

O primeiro deles era arrolar as diretrizes internas sobre a temática água existentes nos países sul-americanos representados. Em virtude do fato de que a metodologia da pesquisa foi modificada, dados os desafios encontrados, optou-se pela generalização do estudo de tais diretrizes, excluindo a delimitação dos países da América do Sul e tratando desses aspectos no tangente ao contexto internacional. Em suma, verificou-se que os acordos internacionais existem, são aplicáveis e funcionam, mas precisam também de constantes revisitações aos seus parâmetros para evitar inadequações com a realidade.

O segundo objetivo dizia respeito às especificidades dos canais comunicacionais utilizados nas ações interculturais e diplomáticas para o trato das políticas da água. Ficou claro que as vias de comunicação oficiais são as cúpulas e fóruns internacionais, quase sempre tendo organizações não-governamentais como anfitriãs, cujos debates crescem de alternativas os paradigmas diplomáticos em se tratando dos recursos hídricos. As relações conquistadas nesses eventos são demasiado importantes para manter o bem-estar global e incentivar o câmbio intercultural de conhecimentos necessários à resolução de desconfortos diplomáticos entre nações.

O terceiro objetivo promulgava a comparação das diretrizes e orientações expostas em diversos conselhos, fóruns e convenções internacionais sobre as políticas da água. Em certo sentido, esse objetivo corrobora o anterior, posto que é uma consequência dele. Ou seja, as diretrizes traçadas nos eventos internacionais divergem de acordo com as especificidades de cada problema, e, portanto, dispensam uma comparação linear. Observou-se, outrossim, que os tratados norteadores acordados nos fóruns da água abrangem boa parte dos problemas a serem resolvidos, mas, quando se trata da efetivação das ações em conjunto, surgem situações que

põem em risco as metas, tais como a volatilidade de interesses políticos, a parca quantia de capital para o emprego das diretrizes, a resiliência social do contingente demográfico envolvido, etc. Em vista dessas constatações, sugere-se, mais uma vez, que as sanções oficializadas nos conselhos internacionais sejam debatidas com maior frequência, adicionando à equação novos dados, conhecimentos recém-adquiridos, e relatórios das reações populares ante ao exercício da gestão de recursos hídricos.

Por fim, o quarto objetivo orbitava em volta da necessidade de verificação das características interculturais existentes no intercâmbio de informações sobre a temática água. Em um primeiro momento, foram analisadas bibliografias que discorressem sobre a troca de informações de um modo geral, para só então dar prioridade à água e ao caráter internacional do câmbio de dados. Os resultados da análise crítico-dialética mostraram que, em qualquer âmbito da sociedade e do conhecimento, o acesso à informação é deficiente. É impressionante olhar para trás e balancear os avanços tecnológicos na comunicação, sendo que ainda existe tanto ruído nas atividades dialógicas entre países. O conjunto de fatores que leva a essa falha é largo, mas passível de conserto. Diferentes culturas são um aspecto que pressupõe diversidade, e não isolamento. É necessário desfazer as amarras informacionais a que está presa a diplomacia. Existe, e sempre existirá, a possibilidade de se manter um diálogo sensato entre duas nações sem que as mesmas abram mão de seus interesses e acabem perdendo espaço no cenário político internacional por causa do constante jogo estratégico de informação. Basta esperar que todos compreendam isso.

A disposição desses objetivos, portanto, resume-se à transversalidade dos resultados obtidos no decorrer da pesquisa. A convergência entre os eixos da informação, diplomacia, políticas e recursos hídricos ficou clara no instante em que as bibliografias começaram a ser estudadas. Esse caráter interdisciplinar dos focos de análise possibilitou a ampliação do entendimento acerca das características acadêmico-científicas dos temas. Por conseguinte, o montante técnico dos textos lidos diluiu-se em uma compreensão unificada que permitiu uma visão panorâmica dos objetos de estudo desta investigação, e enriqueceu o entendimento dos pares qualitativos do projeto. Diante disso, espera-se que este relatório tenha contribuído para o contingente científico da Academia em detrimento das temáticas nele dispostas, com intenção de acrescentar valor às pesquisas e discussões desses assuntos.

REFERÊNCIAS

ALMÁSSY, E. **Inventory of transboundary groundwaters: working programme 1996/1999**, v. 1. Budapeste: Nações Unidas, 1999.

BRASIL. Código de águas. **Decreto Nº. 24.643, de 10 de julho de 1934**. Brasília, DF: Presidência da República, 1934. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d24643.htm>. Acesso em: 22 abr. 2015.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Our common future**. Oxford: Oxford University Press, 1987.

CORONATO, Marcos; IMERCIO, Aline. O Brasil pede água. **Revista Época: Edição Verde**, n. 825, São Paulo, 2014. São Paulo: Globo, 2014.

ESTEVES, João Veiga. **O contributo da gestão transfronteiriça dos recursos hídricos para a prevenção de conflitos em África**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/14-JoaoVeigaEsteves.pdf>. Acesso em: 10 out. 2014.

FREITAS, Marcílio de; CASTRO JR., Walter Esteves de. O ciclo hidrológico: Amazônia-homem-mundo. In: _____. Água: dimensões e desafios. **T&C Amazônia**, n. 9, a. 4, Manaus, 2006. Manaus: FUCAPI, 2006.

HARMONICOP. **Learning together to manage together: improving participation in water management**. Osnabrück: Druckhaus Bergman Osnabrück, 2002.

NILSSON, Susanna. **Managing water according to river basins: information management, institutional arrangements and strategic policy support with focus on the EU Water Framework Directive**. Estocolmo: KTH, 2006. Disponível em: <<http://kth.diva-portal.org/smash/record.jsf?pid=diva2%3A111118&dswid=-1518>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

OLIVEIRA, Alfredo Rodrigues de. Conflitos transfronteiriços por recursos hídricos: tratados internacionais das bacias Amazônica, do Congo e do Jordão. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, n. 2722, a. 15, 14 dez. 2010. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/18026>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA. **Agenda estratégica de cooperação amazônica: aprovada na X Reunião de Ministros de Relações Exteriores do TCA**. Brasília, DF: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://www.otca.org.br/portal/admin/_upload/apresentacao/AECA_prt.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

PEREIRA, Márcia Regina de Sousa; RÊGO, Patrícia de Amorim. **Gestão compartilhada de recursos hídricos em bacia transfronteiriça**. Belo Horizonte: Associação Brasileira do Ministério Público do Meio Ambiente, 2005. Disponível em: <

content/files/GESTO_COMPARTILHADA_DE_RECURSOS_HDRICOS_EM_BACIA_FRONTEIRIA.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2015.

RAADGEVER, G. T. et al. Assessing management regimes in transboundary river basins: do they support adaptive management? **Ecology and Science**, v. 13, n. 1, art. 14, 2008. Disponível em: <<http://www.ecologyandsociety.org/vol13/iss1/art14/>>. Acesso em: 25 dez. 2014.

SAITO, Carlos Hiroo; STEINKE, Valdir Adilson. Avaliação geoambiental do território brasileiro nas bacias hidrográficas transfronteiriças. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 1, p. 189-221, jan./abr., Taubaté-SP, 2010. Disponível em: <<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/viewArticle/267>>. Acesso em: 18 mar. 2015.

SANT'ANNA, Fernanda Mello. As fronteiras políticas na bacia amazônica e a cooperação para a utilização dos recursos hídricos compartilhados. In: XII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, Bogotá, 2012. **Anais eletrônicos...** Bogotá: Universitat de Barcelona, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/05-F-Mello.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2015.

SELBORNE, Lord. **A ética no uso da água doce**: um levantamento. Brasília: UNESCO, 2001. (Série Meio Ambiente, v. 3).

SITARZ, D. (Ed.). **Agenda 21: the Earth summit strategy to save our planet**. Boulder, CO: EarthPress, 1993.

STERN, Sir Nicholas. **The economics of climate change**: the Stern review. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

WORLD WATER COUNCIL. **Constitution & by-laws**: 2013-2015. Disponível em: <http://www.worldwatercouncil.org/fileadmin/world_water_council/documents/Constitution_ByLaws_2013_2015.pdf>. Acesso em 25 jan. 2015.